ReGeo ISSN: 2177-3246

OS MILITARES E O BRASIL REFLEXÕES SOBRE O GOLPE DE 1964

THE MILITARY AND BRAZIL: REFLECTIONS ON THE 1964 COUP

LOS MILITARES Y BRASIL: REFLEXIONES SOBRE EL GOLPE DE ESTADO DE 1964

https://doi.org/10.56238/revgeov17n9-193

Data de submissão: 15/08/2026 **Data de publicação:** 29/09/2026

Gabriel Papa Ribeiro Esteves
Doutor em Ciências Sociais
Instituição: Universidade Estadual Paulista (UNESP-FCLAr)
E-mail: gabriel-papa@hotmail.com
Orcid: https://orcid.org/0000-0002-4792-4273

RESUMO

Este ensaio apresenta uma reflexão histórica e teórica acerca da conjuntura social na qual os militares brasileiros realizaram, com apoio de diversos grupos civis, a tomada do Estado em 1964. Discute as confluências entre a formação política dos militares, a defesa da ordem, os interesses econômicos e o anticomunismo no contexto da Guerra Fria. A reflexão percorre a constituição da identidade militar na República, a atuação da Escola Superior de Guerra e as disputas que antecederam a deposição de João Goulart. Sustenta que o golpe resultou de uma articulação entre a hierarquia e a ideologia militares e os setores civis que se sentiam ameaçados pelas reformas de base e pelo avanço de projetos populares. O empresariado, as oligarquias agrárias e parcelas da classe média participaram da legitimação dessa intervenção. Conclui que a representação dos militares como guardiões da honra nacional e da segurança transformou o golpe, em seu imaginário, em uma revolução salvacionista e sustentou a permanência de um governo autoritário por 21 anos.

Palavras-chave: Golpe de 1964. Militares. República.

ABSTRACT

This essay presents a historical and theoretical reflection on the social context in which the Brazilian military, supported by various civilian groups, seized state power in 1964. It discusses the convergence of military political formation, the defense of order, economic interests, and anticommunism within the Cold War context. The reflection examines the formation of military identity in the Republic, the role of the Superior War College, and the disputes preceding João Goulart's overthrow. It argues that the coup resulted from an articulation between military hierarchy and ideology and civilian sectors that felt threatened by the proposed basic reforms and the advance of popular political projects. Business leaders, agrarian oligarchies, and segments of the middle class helped legitimize this intervention. It concludes that the military's self-representation as guardians of national honor and security transformed the coup, within their political imaginary, into a salvational revolution and sustained an authoritarian government for 21 years.

Keywords: 1964 Coup. Military. Republic.

RESUMEN

Este ensayo presenta una reflexión histórica y teórica sobre el contexto social en el que los militares brasileños, con el apoyo de diversos grupos civiles, tomaron el Estado en 1964. Discute las confluencias entre la formación política de los militares, la defensa del orden, los intereses económicos y el anticomunismo en el contexto de la Guerra Fría. La reflexión recorre la constitución de la identidad

militar en la República, la actuación de la Escuela Superior de Guerra y las disputas que precedieron a la destitución de João Goulart. Sostiene que el golpe resultó de una articulación entre la jerarquía y la ideología militares y los sectores civiles que se sentían amenazados por las reformas de base y el avance de proyectos populares. El empresariado, las oligarquías agrarias y sectores de la clase media participaron en la legitimación de esta intervención. Concluye que la representación de los militares como guardianes del honor nacional y de la seguridad transformó el golpe, en su imaginario, en una revolución salvacionista y sostuvo la permanencia de un gobierno autoritario durante 21 años.

Palabras clave: Golpe de 1964. Militares. República.

1 INTRODUÇÃO

Debater o golpe de 1964 e a participação dos militares na história política brasileira é uma tarefa fundamental para compreender não apenas um episódio específico do passado nacional, mas também as permanências, tensões e contradições que atravessam a formação da República no Brasil. A intervenção militar de 1964 não pode ser entendida como um acontecimento isolado ou como simples resultado de uma crise momentânea. Ela deve ser analisada dentro de um processo histórico mais amplo, marcado por disputas sociais, conflitos políticos, interesses econômicos, medo do avanço de projetos populares e forte influência do contexto internacional da Guerra Fria.

Compreender esse fenômeno exige investigar as relações entre Forças Armadas, Estado e sociedade civil, observando como determinados setores militares passaram a se apresentar como guardiões da ordem nacional e da estabilidade política. Ao mesmo tempo, é necessário reconhecer que o golpe contou com o apoio de grupos civis, empresariais, políticos, religiosos e midiáticos, o que demonstra que a ruptura democrática não foi conduzida apenas pelos quartéis, mas resultou de uma articulação mais complexa entre diferentes forças sociais.

A reflexão sobre esse tema também se justifica pela importância da memória histórica. Estudar o golpe civil-militar de 1964 permite problematizar os sentidos atribuídos à democracia, à autoridade, à cidadania e aos limites da atuação militar na vida política. Em uma sociedade democrática, compreender os mecanismos que levaram à suspensão de direitos, à perseguição política, à censura e ao autoritarismo é essencial para evitar simplificações sobre o passado e fortalecer o compromisso com as instituições democráticas.

Assim, este ensaio busca refletir sobre o papel dos militares no Brasil a partir do golpe de 1964, considerando as condições históricas que favoreceram sua intervenção no Estado e as alianças civis que possibilitaram a consolidação do regime autoritário. Mais do que revisitar um acontecimento histórico, trata-se de compreender como esse fenômeno revela aspectos profundos da cultura política brasileira e de suas disputas em torno do poder, da ordem e da democracia.

2 A FORMAÇÃO HISTÓRICA DA IDENTIDADE MILITAR

Podemos começar a refletir acerca da trajetória dos militares no Brasil a partir de 1548, quando D. João III, então rei de Portugal, resolveu criar um governo-geral com sede na Bahia. Para tanto, criou uma guarda com o intuito de defender as fronteiras da colônia e expulsar invasores. No entanto, pelo menos até o fim da Guerra do Paraguai, em 1870, essa instituição tinha uma péssima conotação: configurou-se na cultura popular como refúgio de desocupados, desqualificados e malfeitores, representando, portanto, mais uma punição do que uma profissão.

Com o advento da Guerra do Paraguai — conflito que mobilizou Brasil, Argentina e Uruguai contra o Paraguai por motivos de interesses imperialistas dos ingleses e de disputas por fronteiras com o Estado paraguaio, que avançava sobre os territórios dos adversários sul-americanos —, o Brasil não possuía uma estrutura militar adequada para suportar um conflito desse porte. O contingente militar brasileiro era pequeno devido ao regime escravista e à falta de interesse das populações de regiões distantes da fronteira. O Brasil resolveu essa situação ordenando um recrutamento forçado, formando uma força de 64 mil homens, ao mesmo tempo que se preparava para uma guerra no setor naval. A Marinha brasileira foi formada com a transferência da sede do Reino de Portugal para o Brasil, em 1808. (Já a Força Aérea fora criada apenas no século XX durante a era Vargas em 1941).

Em meio à guerra do Parguai, os militares brasileiros tiveram contato com ideais republicanos, abolicionistas e positivistas e também com a representação de uma sociedade economicamente articulada por industrialização, reforma agrária, abolição da escravidão e republicanismo, que esses ideais se propunham proporcionar. Com o fim do conflito e a vitória do lado brasileiro, o Exército se fortalece como instituição, tornando-se mais organizado e moderno. Ao mesmo tempo, os líderes dos movimentos republicanos, com muita habilidade, desvinculam os militares da monarquia, atraindo-os para sua causa. O setor militar brasileiro, em especial o Exército, adquire, a partir de então, a concepção identitária de que salvaguardar a nação é sua principal função. Num contexto de crise da monarquia e ao lado dos republicanos, os militares proclamam a República e tomam consciência de seu poder e de sua influência diante da sociedade (Faoro, 2012).

O preâmbulo do Decreto nº 330, de 12 de abril de 1890, define a posição do militar na sociedade política:

> O soldado, elemento de força, deve ser de hoje em diante o cidadão armado, corporificação da honra nacional e importante cooperador do progresso como garantia da ordem e da paz públicas, apoio inteligente e bem-intencionado das instituições republicanas, jamais instrumento servil e maleável por uma obediência passiva e inconsciente que rebaixa o caráter, aniquila o estímulo e abate o moral (Brasil, 1890, preâmbulo, grafia atualizada).

Já o artigo 14 da Constituição de 1891 estabelece:

> A força armada é essencialmente obediente, dentro dos limites da lei, aos seus superiores hierárquicos e obrigada a sustentar as instituições constitucionais (Brasil, 1891, art. 14; Faoro, 2012, p. 612).

Vemos nesses dois documentos como, desde a gênese da instituição militar, a hierarquia é sobreposta, inclusive, aos valores individuais. O soldado carrega consigo a carga de ser o cidadão que

corporifica a honra nacional e é membro da instituição que tem o dever de salvaguardar as instituições constitucionais.

Os militares estão presentes em todos os principais movimentos políticos do país desde a Proclamação da República. Foram eles que instauraram e derrubaram o Estado Novo, época na qual foi criada a Força Aérea Brasileira (FAB), garantiram a Posse de Juscelino Kubitschek e foram eles também que implantaram no país, pelas vias da força bruta, um regime ditatorial civil-militar a partir de 1964 e, na história recente, embarcaram no governo de Jair Bolsonaro e parte do comando das forças aramadas tentou um golpe frustrado em 2023 após a derrota eleitoral de Bolsonaro. Entre os comandantes das Forças Armadas, houve resistência à ruptura institucional por parte dos chefes do Exército e da Aeronáutica, enquanto o comandante da Marinha demonstrou disposição em apoiar as medidas discutidas por Bolsonaro. A ausência de adesão do Exército e da Aeronáutica foi um fator decisivo para impedir o avanço da tentativa de ruptura institucional.

3 GUERRA FRIA E IDEOLOGIA DE SEGURANÇA NACIONAL

Tendo em vista sua atuação política desde a Proclamação da República até o fim da Era Vargas, os militares adquirem uma consciência de sua existência como uma instituição ímpar na sociedade brasileira, principalmente por seu papel na instauração e na derrubada do regime estadonovista. Com o fim da Segunda Guerra Mundial, o mundo entra num cenário de conflito ideológico entre a esquerda socialista/comunista e a direita capitalista, que passam a disputar áreas de influência pelo globo: a Guerra Fria.

De um lado estavam os Estados Unidos da América (EUA), com sua doutrina capitalista, que nos países subdesenvolvidos se desenvolveu com caráter neoliberal, socializando custos e privatizando lucros. De outro, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), com sua doutrina stalinista e sua prática de socialismo autoritário, na qual o Estado se tornava o detentor de monopólios econômicos e acelerava o desenvolvimento do semifeudalismo à corrida espacial em menos de um século, mas que, em contrapartida, elites burocráticas e políticas em torno do Estado socializavam os prejuízos da corrupção orgânica e autocrática.

> Esse é um período extremamente doutrinário, que se estende até o golpe de 1964. O contexto da Guerra fria e o perigo do "inevitável" confronto entre os dois blocos em que o mundo estava dividido vão influenciar decisivamente os estudos que se realizaram no interior da Escola Superior de Guerra, fazendo com que determinados setores a denominassem de laboratório ideológico das Forças Armadas brasileiras (Sintoni, 1999, p. 102).

O Brasil, por se localizar na América, está geograficamente em área de influência norte-americana. Como os EUA historicamente possuem interesses econômicos na América do Sul, passam a sentir-se ameaçados de perder influência nessas áreas, principalmente após o sucesso da revolução popular socialista cubana, em 1959, e a proliferação de ideais e partidos comunistas e socialistas, alinhados ou não com a URSS, nos países da região. Essa conjuntura, somada à crise política brasileira em torno de reformas de caráter popular, levou os EUA a financiar e incentivar o golpe de 1964.

O agravamento do conflito entre os dois blocos, URSS e EUA, surtiu efeitos imediatos nos setores militares brasileiros, especialmente no Exército, criando uma polarização entre grupos militares nacionalistas e antiamericanos, que se colocavam contra o capital estrangeiro e em oposição à subordinação do Brasil aos EUA, e aqueles que apoiavam a posição dos EUA no conflito e aceitavam sua influência. Estes últimos possuíam uma formação ideológica neoliberal e, portanto, eram completamente contrários ao ideário das esquerdas, sem qualquer distinção: um erro conceitual propositalmente elaborado num processo de ideologização.

Ambos os lados convergiam na busca pelo desenvolvimento econômico do país, mas divergiam na maneira como isso se daria. Os primeiros defendiam um desenvolvimento autônomo e nacionalista e eram taxados por seus opositores como comunistas, por defenderem uma ideologia muito parecida com o etapismo nacionalista que o Partido Comunista Brasileiro (PCB) vinha defendendo à época, mesclada com uma campanha anti-imperialista. O setor que apoiava a ideologia norte-americana defendia que o desenvolvimento deveria se dar de maneira associada ao capital estrangeiro, o que, na prática, acentuaria a dependência econômica brasileira das economias do centro, como os EUA.

É sob essa égide que se forma, após o fim do Estado Novo varguista, a Escola Superior de Guerra (ESG), com forte influência dos EUA e dos setores que com eles se identificavam. Voltava-se à formulação intelectual de valores e propósitos militares e a fornecer aos civis informes sobre o cotidiano militar, ou seja, a levar ao âmbito civil as ideologias recorrentes na caserna. Proporcionava, assim, uma aliança com civis que partilhavam de suas ideias de desenvolvimento e segurança.

Para os militares, a segurança seria o resultado de uma potencialização racional do produto econômico e da redução de todas as cisões no seio do país. O poder nacional só se concretizaria através de um planejamento da segurança nacional. Como o país sofria pressões internas devido ao conflito ideológico da Guerra Fria, que penetrava cada vez mais na segurança interna e rachava setores e esferas como a arte, os sindicatos e a educação, surgia no interior da ESG um corpo doutrinário que supunha travar um embate contra um inimigo perigoso e ardiloso: o comunismo.

Uma das formas de levar ao âmbito civil as discussões militares se dava por associações de preponderância no contexto político, por articularem e organizarem um debate com a sociedade civil.

Essas associações eram conhecidas como Clubes Militares e desempenhavam um papel de ligação entre a sociedade civil e os militares, debatendo e refletindo a opinião de diferentes correntes da caserna.

A ESG se propõe a estudar os problemas brasileiros considerando as potencialidades econômicas e geográficas do Brasil. Surge em seu interior um projeto com o intuito de fazer do país um palco de investimentos internacionais para o fortalecimento econômico. Podemos, de certa maneira, considerar esse projeto como uma gênese do projeto do golpe de 1964, que, a princípio, buscava recolocar o país nos "trilhos do progresso" e "restabelecer a democracia" para depois devolvê-lo aos civis.

Sabemos que este segundo item é falacioso. Porém, é inegável que, mesmo dependendo de capital externo, os militares implantam um projeto modernizador da indústria e da infraestrutura, com um viés progressista, definido a partir de vínculos com interesses de grupos privados. Isso lhes garantiu legitimidade junto a amplos e significativos setores da sociedade civil, como a grande mídia nacional e seus parceiros econômicos. Ao auge do desenvolvimento econômico do período, deram o nome de milagre econômico.

Com a crise financeira e a inflação da década de 1980, advindas das crises internacionais de 1973 e 1979, quem pagou o preço foram os trabalhadores assalariados e pobres da sociedade brasileira. A fuga de capitais e a queda de investimentos estrangeiros decorreram das altas do barril de petróleo, como reflexo geopolítico da disputa de interesses entre os países produtores de petróleo e as economias centrais do Ocidente capitalista. Os trabalhadores enfrentaram uma intensificação do arrocho salarial, uma diminuição do poder de compra e uma inflação que perduraria até o Plano Real, de Fernando Henrique Cardoso, em 1994, cujos efeitos chegam à atualidade. Permaneceu a dependência de investimentos externos para o dinamismo da economia nacional e a geração de empregos e consumo.

Formulando-se como uma instituição anticomunista, a ESG se torna um centro estratégico contrarrevolucionário. Sua influência doutrinária penetra hierarquicamente nas Forças Armadas no início dos anos 1960, principalmente após a Revolução Cubana. A possibilidade de surgirem governos favoráveis à ideologia comunista pela América Latina representava um perigo grave ao Brasil na visão da ESG, pois tensionaria setores nacionais, levando à desordem, e romperia com a unidade e a segurança do mundo americano ocidental.

Assim, os grupos de oficiais militares passaram a internalizar a necessidade de combater a subversão interna. Quase todos os oficiais brasileiros ficaram expostos, de maneira intensa, às doutrinas de guerra interna e ao reforço da ameaça que o comunismo representava à segurança interna. Apresentava-se o comunismo como uma corrente portadora do mal e defendia-se seguir as potências

que lutassem contra ele, ou seja, os Estados Unidos da América. Afinal, para atingir o "Brasil potência", primeiro era necessário garantir a segurança interna: lutar contra o comunismo e as influências que a União Soviética fomentava através da 3ª Internacional Socialista, à qual estavam filiados partidos comunistas ao redor do mundo, inclusive no Brasil.

4 A CRISE POLÍTICA E A ARTICULAÇÃO DO GOLPE

Quando Juscelino Kubitschek venceu as eleições em 1955, alguns setores militares tramavam impedir sua posse devido a certo alinhamento seu com as ideias nacionalistas. Com a intervenção do ministro da Guerra, o Marechal Henrique Teixeira Lott, porém, esse movimento foi abolido. A partir de então, começa uma disputa pelo controle dos Clubes Militares, alcançado pelos militares aliados ao ministro, que se aliam aos nacionalistas.

João Goulart, herdeiro político de Getúlio Vargas e vice-presidente do governo JK, organiza um evento com o intuito de homenagear o ministro da Guerra. Buscando expressar-se como um movimento de massa e nacional, seus organizadores exigiam a formação de uma força popular composta por trabalhadores e pequenos proprietários. Para alguns setores militares, principalmente os adeptos da doutrina da ESG, contudo, as massas deveriam ficar fora do jogo político. Essa conclamação era vista como uma desarticulação da ordem e, no seu entender, o que se encaminhava era um plano de caráter comunista que enfraqueceria a democracia.

É importante ressaltar que essa linha nacionalista era apoiada pelo Partido Comunista Brasileiro porque, para o partido, constituía um meio de consolidar uma revolução burguesa no país, enquadrando-o nos trilhos do capitalismo e do desenvolvimento nacionalista para que, depois, se encaminhasse uma revolução nos moldes marxistas. Nesse momento, a imagem pública de João Goulart começa a ser associada ao nacionalismo, que, por sua vez, era associado ao comunismo, representado como "portador do mal", como inimigo da democracia.

É nítido como o golpe de 1964 surge em decorrência de um efeito dominó que começa com o período inicial da Guerra Fria: as ideologias anticomunistas, a associação do comunismo às linhas políticas do país e sua abominação por oficiais de alta patente do Exército, que possuíam formação na ESG e se utilizavam de seu poder hierárquico para atuar em prol de suas perspectivas de mundo. O governo de João Goulart, Jango, veio num encaminhamento reformista e trabalhista e incomodou esses setores conservadores do Exército por desafiar a ordem estabelecida e seus anseios de segurança. Também desagradou à elite burguesa dos setores agrários e empresariais do Brasil. Esse processo se encaminhou para o golpe com o apoio, inclusive, da classe média, temerosa do caos que as reformas poderiam causar.

Ao assumir a presidência em 1961, Jânio Quadros tentou elaborar uma política externa independente, buscando não demonstrar alinhamento político com o bloco capitalista e dialogando arbitrariamente com o bloco comunista, apesar de ser economicamente dependente e associado ao capital ocidental. Esses antagonismos se tornaram um alvo privilegiado de setores conservadores da sociedade, como a Igreja, os partidos políticos e os militares.

Jânio Quadros monta um ministério militar do qual decorreriam profundas mudanças na hierarquia militar, rearranjando a coluna vertebral do Exército. Os militares da ESG, em uma jogada tática, colocam-se como base militar de apoio a Jânio. Orientado pela ESG, ele distribui os principais postos de decisão militar, compondo-os com nomes como João Baptista Figueiredo e Ernesto Geisel, que viriam a ser presidentes militares da ditadura, e outros militares diretamente ligados ao golpe de 1964.

Nesse momento, os militares ideologicamente alinhados com os EUA se alojam ao lado do poder, subordinando às suas ordens os militares de ideologias diferentes, que, por uma questão de conduta militar, as cumpririam. Assumem as rédeas do militarismo brasileiro e, com a legitimação do presidente, impedem que os Clubes Militares, por exemplo, façam oposição às suas convicções e levem discussões desse porte à sociedade. Com esse cenário montado, bastava que o comunismo, o socialismo ou qualquer movimento ligado à esquerda e de cunho popular se tornasse expressivo ou atentasse contra a ordem vigente para que eles estivessem prontos a detê-lo, com o aparato militar aparelhado num comando hierárquico e ideológico.

Durante seu curto mandato, Jânio tentou relacionar a imagem do vice-presidente, João Goulart, aos comunistas, enviando-o em missões diplomáticas à China comunista e à sede do bloco stalinista, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Buscava criar uma condição que, caso precisasse renunciar, causasse comoção em setores da sociedade civil e dos militares, que impediriam a posse de Jango por medo do comunismo e clamariam por sua volta, legitimando um governo de amplos poderes. Na prática, isso não se deu, devido à sua confusa posição e ao seu restabelecimento de relações diplomáticas com o bloco comunista.

Quando, em 25 de agosto de 1961, Jânio Quadros renunciou, devido à crescente tensão em torno de seu governo, precipitou-se uma crise governamental. A ausência de anseio pela permanência de Jânio esbarrava na elaboração da imagem que se tinha de Jango. Após a renúncia, alguns dos principais oficiais e ministros militares julgaram inconveniente o regresso do vice-presidente, que, para eles, era comprometido com os comunistas. Em oposição, o governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, levanta-se em defesa da legalidade e organiza, junto ao comando do Exército do Sul do país, uma frente de resistência pela legalidade.

Com a evolução da crise, o país se vê diante de uma potencial guerra civil. Para contornar a situação, o Congresso instaura uma emenda que implementa o regime parlamentarista no Brasil, limitando os poderes do presidente, chefe de Estado, e delegando a chefia de governo ao primeiro-ministro eleito pelo Congresso, Tancredo Neves. Em 1963, um plebiscito decidiu qual sistema político seria adotado no país. O presidencialismo venceu sob a bandeira das reformas de base defendidas por João Goulart, que passou a reunir as funções de chefe de Estado e de governo.

> Para os militares, o espectro do varguismo, que parecia ter sido esconjurado quando da eleição de Jânio Quadros, pairava novamente sobre a sociedade e, com ele, os perigos do "sindicalismo populista" acobertador dos planos de 'comunização' do Brasil. A posse de João Goulart na presidência do país corria risco; o que devia ser feito automaticamente só foi feito depois de muita tensão, e pela mudança de regras – como compromisso – com a adoção do parlamentarismo. A política nacional entrava numa rota conturbada, que acabaria por abalar o regime (Sintoni, 1999, p. 142-143).

O primeiro período do governo de Jango tem como características seu enfraquecimento pelo regime parlamentarista e a instabilidade política. Trata-se de uma época em que realiza diversas manobras políticas para recuperar seus poderes presidenciais. Em julho de 1962, Tancredo Neves renunciou ao cargo de primeiro-ministro. Durante a fase parlamentarista, Hermes Lima também ocupou o cargo e nele se manteve até janeiro de 1963, quando, por meio do plebiscito, o presidencialismo foi restabelecido e o sistema parlamentarista, revogado.

A partir de então, João Goulart recupera os poderes presidenciais e, como temiam seus adversários e grande parte dos oficiais militares, pauta seu governo nas reformas de base para ampliar a distribuição da riqueza social concentrada nas elites históricas. Entre elas estavam as reformas agrária, educacional, fiscal, eleitoral, urbana e bancária, além do controle de remessas de lucros ao exterior. Essas reformas seriam o instrumento pelo qual o presidente buscou constituir apoio popular e sustentação política para seu governo junto às bases esquerdistas e aos movimentos sociais. Porém, parece não ter se dado conta do quanto a esquerda era dividida no país e de como era difícil defini-la como algo homogêneo, estruturado em torno das mesmas propostas. Esse fator seguramente enfraqueceu sua sustentação política, embora, ao menos, a ideologia do PCB se identificasse com as propostas de Jango.

> Com a posse de João Goulart, a ideologia do PCB parecia encontrar uma base de sustentação política. Os comunistas viam em seu governo um passo importante para a efetiva libertação nacional. O chamado populismo de esquerda e o PCB tinham muitos pontos de contato, ambos reivindicando a libertação do povo para a construção de uma nação brasileira, independente do imperialismo e livre do atraso feudal remanescente no campo (Ridenti, 1993, p. 26).

A agitação latente promovida pelo governo Jango inquietou as classes dirigentes, os chefes militares, o empresariado e as oligarquias agrárias. Estes dois últimos setores, como não podemos esquecer, são os grandes legitimadores do golpe, pois se sentem os principais prejudicados pelas políticas que Jango tentara implantar, que diminuiriam suas propriedades territoriais e seus lucros advindos da exploração do trabalho.

São eles também os mais temerosos do comunismo, que, segundo essa lógica, expropriaria suas propriedades e as coletivizaria, exterminando o sistema no qual essa classe ocupava um alto patamar que não tinha motivo para abandonar. Utilizavam-se das vantagens que lhes eram geradas em benefício próprio, ignorando o coletivo e os anseios populares. Esses setores passam a clamar pela intervenção dos militares.

É nesse momento que os militares tornam real uma consciência na qual está inscrita a segurança de suas próprias capacidades e aptidões, unida à legitimidade conferida por amplos setores da sociedade civil, inclusive por grande parte da classe média. Devido às campanhas intensivas da direita e dos militares ligados à ESG, amplificadas pela mídia, esses setores enxergavam o comunismo como algo subversivo e portador do mal. Chegamos, assim, ao ponto culminante do golpe: com a cooperação de alguns estados da Federação, as Forças Armadas, carregadas de sua ideologia e de sua ideia de função a cumprir, depuseram o presidente João Goulart em 31 de março de 1964, com o objetivo de evitar a “ameaça” comunista em defesa da democracia, das instituições e da liberdade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Da renúncia de Jânio até a queda de João Goulart, os militares desenvolveram uma interpretação própria da realidade que, paulatinamente, foi adentrando a política. Essa visão militar se expressa na transfiguração do golpe em revolução salvacionista e se instrumentaliza na consciência pública. O imaginário militar é elaborado através de acontecimentos históricos que levam os militares a formar simbolicamente uma interpretação dos acontecimentos de 1964. Essa interpretação, aliada à sua postura de se denominarem a corporificação da honra nacional, impulsiona-os não só ao golpe, mas a se denominarem heróis e a manterem um governo autoritário por 21 anos.

Na segunda década do século XXI, a permanência desse imaginário de tutela militar sobre a política voltou a produzir efeitos concretos durante o governo Bolsonaro. A presença de militares em funções civis, simbolizada pela gestão do general Eduardo Pazuello no Ministério da Saúde, colocou setores das Forças Armadas no centro da condução política da pandemia, período marcado por negacionismo, problemas de planejamento, governança autoritária, falhas de comunicação e estratégias que negligenciaram os mais vulneráveis. Essa aproximação entre poder político e

autoridade militar atingiria seu ponto mais grave após as eleições de 2022, quando militares da ativa e da reserva participaram das articulações destinadas a impedir a posse do governo eleito e romper a ordem constitucional. A tentativa de golpe evidencia, assim, a sobrevivência de uma concepção segundo a qual os militares poderiam assumir a condição de árbitros da vida nacional, reivindicando para si uma autoridade política que a Constituição democrática não lhes concede.

Portanto, o problema central que refletimos aqui não deve ser compreendido apenas como a sobrevivência de uma cultura política autoritária no interior das Forças Armadas, mas como parte de uma formação social na qual a democracia jamais eliminou completamente os mecanismos autocráticos de exercício do poder. A experiência recente demonstra que 1964 não permaneceu apenas como memória: sobreviveu como possibilidade política, alimentada pela ideia de que determinados grupos poderiam se colocar acima da soberania popular e arbitrar os limites da própria democracia. A militarização do governo Bolsonaro, a ocupação de espaços civis durante a pandemia e, posteriormente, a participação de setores militares nas articulações golpistas revelam os riscos dessa permanência. Não se trata de afirmar que a história simplesmente se repetiu, mas de reconhecer que a democratização brasileira não rompeu integralmente com os ricos ditatoriais. Enquanto permanecer socialmente possível imaginar as Forças Armadas como poder moderador ou tutela superior à vontade popular, a democracia brasileira continuará carregando dentro de si uma de suas mais perigosas contradições.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. Educação e emancipação. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. A indústria cultural: o esclarecimento como mistificação das massas. In: ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. Dialética do esclarecimento. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006. p. 99-138.

AGAMBEN, G. O amigo & O que é um dispositivo? Chapecó: Argos, 2014.

ALVES, M. H. M. Estado e oposição no Brasil: 1964-1984. Petrópolis: Vozes, 1987.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 1977.

BENJAMIN, Walter. Obras escolhidas. v. 1: Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BLOCH, Marc. Apologia da história ou o ofício do historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BOURDIEU, P. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

BOURDIEU, P. Razões práticas: sobre a teoria da ação. Campinas, SP: Papirus, 1996.

BRASIL. [Constituição (1891)]. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 24 de fevereiro de 1891. Rio de Janeiro, 1891. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm. Acesso em: 20 set. 2026.

BRASIL. Decreto nº 330, de 12 de abril de 1890. Promulga o regulamento que reorganiza o ensino nas escolas do Exército. Rio de Janeiro, 1890. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d330.htm. Acesso em: 20 set. 2026.

BRAUDEL, F. História e ciências sociais: a longa duração. 6. ed. Lisboa: Editorial Presença, 1990.

BUCCI, Eugênio. A imprensa brasileira: seu tempo, seu lugar e sua liberdade — e a ideia que (mal) fazemos dela. In: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). Agenda brasileira: temas de uma sociedade em mudança. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. p. 266-277.

CAPELATO, Maria Helena Rolim; MOTA, Carlos Guilherme. História da Folha de São Paulo: 1921-1981. São Paulo: Impres, 1981.

CHARAUDEAU, P. El discurso de la información: la construcción del espejo social. Barcelona: Gedisa, 2003.

CHARTIER, Roger. A história cultural: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990.

CHOMSKY, Noam. Mídia: propaganda política e manipulação. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

CLIFFORD, J. A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2002.

COSTA, Cristina. Ficção, comunicação e mídias. São Paulo: Senac, 2002.

COSTA, Sérgio. Contextos da construção do espaço público no Brasil. Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, n. 47, p. 179-192, mar. 1997.

CUNHA, Isabel Ferin. Análise dos média. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012.

DEBORD, Guy. A sociedade do espetáculo: comentários sobre a sociedade do espetáculo. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DIAS, André Bonsanto. O presente da memória: usos do passado e as (re)construções de identidade da Folha de S. Paulo, entre o "golpe de 1964" e a "ditabranda". Jundiaí: Paco Editorial, 2014.

DREIFUSS, René Armand. 1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis, RJ: Vozes, 1981.

ESTEVES, Gabriel Papa Ribeiro. O paradoxo da realidade social: mídia, memória e ditadura no Brasil. Curitiba: Appris, 2017.

FAORO, R. Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro. Rio de Janeiro: Globo, 2012.

FERNANDES, Florestan. A revolução burguesa no Brasil. São Paulo: Globo, 2005.

FICO, Carlos. Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2004.

FORACCHI, M. O estudante e a transformação da sociedade brasileira. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.

FOUCAULT, M. A ordem do discurso. 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FOUCAULT, M. Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, M. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FRANCO, Renato. 10 lições sobre Walter Benjamin. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

GIDDENS, A.; TURNER, J. (org.). Teoria social hoje. São Paulo: Ed. UNESP, 1999.

GORENDER, Jacob. Combate nas trevas: a esquerda brasileira, das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Ática, 1990.

HABERMAS, Jürgen. Mudança estrutural da esfera pública. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Centauro, 2004.

HERZ, Daniel. A história secreta da Rede Globo. São Paulo: Ortiz, 1989.

KUCINSKI, Bernardo. A síndrome da antena parabólica: ética no jornalismo brasileiro. São Paulo: P. Abramo, 1998.

KUSHNIR, Beatriz. Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988. São Paulo: Boitempo, 2004.

LAMBERT, Max. Devoirs du chef: déontologie et psychologie professionnelle. 2. ed. Paris: Presses Universitaires de France, 1942.

LARANGEIRA, Álvaro Nunes. A mídia e o regime militar. Porto Alegre: Sulina, 2014.

LE BON, Gustave. Psicologia das multidões. Tradução de Ivone Moura. [Lisboa]: Edições Roger Delraux, 1980.

LE GOFF, Jacques. História e memória. 4. ed. Campinas: Ed. UNICAMP, 1996.

LIMA, Venício A. de (org.). A mídia nas eleições de 2006. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007.

LIMA, Venício A. de. Mídia: crise política e poder no Brasil. São Paulo: Perseu Abramo, 2006.

LÖWY, Michael. Walter Benjamin: aviso de incêndio. São Paulo: Boitempo, 2005.

MACHADO, Roberto. Introdução: por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. p. VII-XXIII.

MARX, Karl. Dibattiti sulla libertà di stampa e sulla pubblicazione delle discussioni alla Dieta. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Opere. Roma: Editori Riuniti, 1980. v. 1: Karl Marx 1835-1843, p. 129-182.

MARX, Karl. O capital: crítica da economia política. Livro I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra. A história cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das ciências sociais. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, São Paulo, n. 34, p. 9-24, 1992.

MICELI, Paulo. Sobre história, Braudel e os vaga-lumes: a Escola dos Annales e o Brasil. In: FREITAS, Marcos Cezar (org.). Historiografia brasileira em perspectiva. São Paulo: Contexto, 2003. p. 259-270.

MIGUEL, L. F. Política e mídia no Brasil: episódios de uma história recente. Brasília: Plano, 2002.

ORWELL, George. 1984. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

POLANYI, K. A grande transformação. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-215, 1992.

RAMONET, Ignácio. A tirania da comunicação. Petrópolis: Vozes, 2000.

REIS, Daniel Aarão. Ditadura militar, esquerdas e sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

RIDENTI, Marcelo. O fantasma da revolução brasileira. São Paulo: EDUNESP, 1993.

RUBIM, Antonio Albino Canelas (org.). Comunicação e política: conceitos e abordagens. Salvador: EDUFBA; São Paulo: Editora UNESP, 2004.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Espetáculo, política e mídia. In: ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 11., 2002, Rio de Janeiro. Anais eletrônicos [...]. Campinas: Galoá, 2002. Disponível em: https://proceedings.science/compos/compos-2002/trabalhos/espetaculo-politica-e-midia. Acesso em: 24 set. 2026.

SCHMIDT, M. A.; CAINELLI, M. Ensinar história: pensamento e ação na sala de aula. 3. ed. São Paulo: Scipione, 2010.

SENNETT, Richard. O declínio do homem público: as tiranias da intimidade. Rio de Janeiro: Record, 2014.

SEVERIANO, Mylton. Nascidos para perder: história do jornal da família que tentou tomar o poder pelo poder das palavras — e das armas. Florianópolis: Insular, 2012.

SINTONI, Evaldo. Em busca do inimigo perdido: construção da democracia e imaginário militar no Brasil (1930-1964). Araraquara: FCL/Laboratório Editorial/UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 1999.

SODRÉ, Nelson Werneck. História da imprensa no Brasil. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (org.). O que resta da ditadura: a exceção brasileira. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.

THOMPSON, J. B. A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

THOMPSON, J. B. Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

VENTURA, Zuenir. 1968: o ano que não terminou. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.